

“LATIFUNDIÁRIOS” DE SÃO PAULO NO GOLPE DE 64: APOIOS, PROJETOS E CONTROVÉRSIAS.

Gabriel da Silva Teixeira

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ). Conselheiro da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA).

Atuou como pesquisador da Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva” da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) e como membro da Comissão Camponesa da Verdade. dasilva.gp@gmail.com

INTRODUÇÃO

Neste texto apresento os esforços de representantes dos grandes produtores rurais paulistas em desarticular a crescente mobilização dos trabalhadores rurais em torno dos direitos trabalhistas e da reforma agrária no contexto dos imediatos pré e pós -64. Antes de ser algo pontual, a repressão mostrou-se generalizada, atingindo diferentes segmentos sindicais e de movimentos sociais rurais em todo o território paulista. De forma geral, os ruralistas sentiam-se ameaçados pelo projeto de reforma agrária, um dos pilares das chamadas Reformas de Base de João Goulart, e pelas crescentes contestações trabalhistas que se avolumavam nas áreas rurais, em função do expressivo processo de sindicalização de trabalhadores rurais, sobretudo após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1962. A lei estendia aos trabalhadores rurais a garantia a uma série de benefícios sociais e trabalhistas, alguns deles já previstos aos trabalhadores urbanos, como salário mínimo, estabilidade no emprego, reconhecimento de instâncias sindicais de associação, assistência médica, etc.

Uma organização com atuação de destaque na preparação do golpe foi a Sociedade Rural Brasileira (SRB), agremiação que aglutinava grandes nomes da cafeicultura, da cana-de-açúcar e da pecuária no estado.¹ Funcionou como uma espécie de centro de comando de associações rurais patronais, centralizando e coordenando diversas ações, dentre elas a crítica e a denúncia de medidas desenvolvidas pelo governo Goulart, em especial àquelas relacionadas à sindicalização rural e à reforma agrária. A SRB se descrevia como sendo alvo predileto de inúmeros ataques da “esquerda radicalista”. Um destes seria representado pela política de sindicalização dos trabalhadores rurais conduzida pela Superintendência de Política Agrária (SUPRA) desde 1962, vista como promotora de “caos e anarquia”² e que, segundo a entidade, criava atritos que se desdobravam em “desentendimentos” entre as classes sociais do campo.³ A legislação sindical, na visão dos ruralistas, rompia a “natural harmonia” entre as classes do campo, posto que estimulava a separação de interesses

¹ A agremiação também mantinha em seu quadro de membros produtores de outros estados, em especial das regiões de fronteira do café, como o Paraná e o Triângulo Mineiro. Ver Sonia Regina de MENDONÇA. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Editora UFRJ, 2010.

² “O que compete evitar”. *A Rural*, out. 1963, p. 3.

³ “A agricultura e a democracia”. *A Rural*, mai., 1964, p. 11

antes unitários entre patrões e trabalhadores. As “agitações trabalhistas” seriam ainda as responsáveis pela “quadra de angústia sem precedente” sentida pelos produtores rurais.⁴

Interessava à SRB afrouxar o ordenamento trabalhista, o que garantiria a continuidade das relações tradicionais de mando, fato que em última instância lhes servia de fonte de poder político no interior das áreas rurais, além de uma enorme rentabilidade produtiva. O reconhecimento sucessivo de direitos e a consequente elaboração de leis específicas ordenadoras do trabalho e da sindicalização de lavradores e trabalhadores rurais, resultado de inúmeros conflitos e mobilizações populares, ainda que produzidas num contexto de disputas políticas e conflitos, acabaram por criar novas oportunidades de contestação nas áreas rurais, impondo dificuldades para o exercício da primazia política dos grandes produtores e fazendeiros.

Buscando consolidar suas demandas, de forma semelhante aos repertórios já utilizados no pré-64, a SRB atuaria no imediato pós-golpe por meio da indicação e nomeação de seus membros junto aos aparelhos políticos do Estado, de *lobbies* junto aos setores militares conservadores, da pressão no Congresso Nacional, do financiamento de campanha de parlamentares afinados com causas ruralistas e da promoção de atos políticos - como concentrações, debates e palestras - buscando consolidar canais de pressão. Logo em 1963, por exemplo, a SRB participou do Encontro Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), falando em nome da “agricultura brasileira”. Também ministrou palestras na Escola Superior de Guerra - considerada o berço da intelectualidade ligada ao golpe de 1964 -, oportunidade em que destacou os prejuízos que as medidas pretendidas por Jango trariam para a agricultura, em especial os malefícios advindos da sindicalização rural e da reforma agrária⁵.

Em situações consideradas limítrofes, o patronato rural paulista não hesitou em lançar mão da violência para defender a manutenção das relações tradicionais de mando no meio rural. A sindicalização era vista pelos grandes proprietários não só como uma ameaça frontal à sua primazia política, mas também como o primeiro passo rumo à uma revolução de caráter comunizante.

A PARTICIPAÇÃO DO RURALISMO PAULISTA NA PREPARAÇÃO DO GOLPE DE 1964

Ao promover o Comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, João Goulart acabou despertando uma rápida reação de seus opositores, especialmente nos setores ruralistas. Na ocasião, Jango anunciava a aprovação de um

⁴ *A Rural*, jul., 1964, p.4.

⁵ Na ocasião, provavelmente em fevereiro de 1963, Sálvio de Almeida Prado, então presidente da SRB, ao se referir à reforma agrária prevista pelo governo de João Goulart, afirmaria que, contrariando as expectativas do governo, “prometer reformas sem dizer como vão ser feitas, sem uma crítica prévia e objetiva, sem audiência conscienciosa da opinião pública, constitui realmente uma perigosa ameaça”. (*A Rural*, mar., 1963, p. 3).

decreto da SUPRA que viabilizava a desapropriação de imóveis rurais numa faixa de 10 quilômetros ao longo das vias de transporte, como estradas de ferro e rodovias, além daqueles situados no entorno de açudes e reservatórios de água.⁶ Goulart defendeu também um projeto de política agrícola redirecionando a produção agropecuária nacional para a produção de alimentos para o consumo interno, além da anulação da clandestinidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da promoção de reformas eleitorais, como a extensão do voto aos analfabetos. As medidas eram um claro apelo à mobilização política de setores sociais ainda alijados da vida política eleitoral, como os analfabetos e os simpatizantes do PCB, sem representação partidária oficial desde 1947, quando o partido fora posto na clandestinidade.

Poucos dias após o comício, a SRB disponibilizou seu luxuoso escritório às organizações civis para que se dedicassem à promoção de atos políticos contra o governo. Uma das primeiras etapas da reação ruralista foi o alistamento de esposas e irmãs de membros da SRB e o estímulo à formação de organizações críticas ao governo e ao “comunismo”. Sálvio Almeida Prado, presidente da SRB, foi um dos primeiros a lançar mão dessa estratégia, incentivando sua esposa, Sebastiana do Amaral Almeida Prado, a formar a FACUR – Fraternal Amizade Cristã e Rural, em dezembro de 1962.⁷ A arregimentação deveria desencadear uma onda de manifestações, tendo como protagonista política a “mulher”, “cristã” e “dona-de-casa”.

Para Patrícia Polacow, duas organizações que atuaram em parceria com os ruralistas, tanto na idealização como na coordenação da arregimentação feminina, foram o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). De acordo com a autora, ambas as organizações patrocinaram e orientaram grupos de mulheres para “mobilizar a opinião pública a fim de desestruturar o governo”.⁸ O papel dessas organizações também foi destacado por René Dreifuss, para quem “as organizações femininas e grupos católicos” proporcionaram a “mais visível ação cívica” contra o governo.⁹

⁶ Em seu discurso, Goulart afirmou que “a reforma agrária deve ser iniciada nas terras mais valorizadas e ao lado dos grandes centros de consumo, com transporte fácil para o seu escoamento”. O trecho do discurso de Goulart é reproduzido em WELCH, C. *A semente foi plantada. As raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924, 1964*. 1ª ed. São Paulo, Expressão Popular, 2010, p. 401. O trecho fora retirado de CASTELO BRANCO. *Introdução à revolução de 1964*. vol 2. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p. 262-66.

⁷ Uma reportagem na revista *A Rural* descreve a forma de ação da FACUR que, percorrendo o interior do estado, proferia palestras em universidades e agremiações regionais acerca da “doutrina social cristã” e do “perigo comunista”. *A Rural*, jan., 1964, p. 47. A atuação da FACUR também é mencionada em WELCH, op. cit. p. 405.

⁸ POLACOW, Patrícia. *Piracicaba sai às ruas: a Marcha da Família com Deus pela Liberdade (1964) e os protestos dos estudantes (1966)*, p. 142. Em: VICENTINI, B. (org.). *Piracicaba 1964: o golpe militar no interior*. Piracicaba. Editora UNIMEP, 2014.

⁹ DREIFUSS, R. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

Apenas seis dias após o comício do governo federal, as organizações femininas lançaram em São Paulo a primeira edição da *Marcha da Família com Deus Pela Liberdade*, nome pelo qual ficou conhecida uma série de manifestações que ocorreu entre 19 de março e junho de 1964. Num editorial da revista *A Rural*, a SRB reafirmaria seu papel como “integrante do grupo de entidades que idealizaram e articularam a Marcha”¹⁰, juntamente com setores empresariais, católicos, militares e estudantis. Segundo a entidade, o objetivo era denunciar o comunismo, representado pelo governo federal e, em especial, pelo sindicalismo por ele sustentado.¹¹

A REAÇÃO ARMADA E OS CONTATOS COM O ALTO ESCALÃO DO “GOVERNO REVOLUCIONÁRIO”.

Não obstante a participação de mulheres na promoção de atos contra o governo, a SRB dispunha também de outros canais de acesso e atuação junto ao alto escalão militar. Clifford Welch destaca que um assessor do General Olympio Mourão Filho, estava em contato regular com o presidente da SRB.¹² Mourão Filho era, à época, comandante do III Exército, tendo sido um nome importante de uma suposta remeça de armas aos movimentos de reação no interior de São Paulo, endereçadas à região de Ribeirão Preto através de um vagão de trem.¹³ Segundo o general, os armamentos deveriam ser usados no combate a uma eventual “primeira fase de uma luta revolucionária”, arquitetada por “pseudocamponeses sem terras” e iniciada através de “movimentos isolados nas zonas rurais”. Nota-se aqui a relação já estabelecida entre comunismo, organizações camponesas (sindicatos, inclusive) e guerrilhas rurais, referência que reaparecerá anos depois, com a adoção da luta armada pelas organizações de esquerda.¹⁴

¹⁰ “Pronunciamento da SRB durante a revolução redentora do país”. *A Rural*, mai., 1964, p. 28.

¹¹ Alguns registros apontam que outras edições da Marcha no interior de São Paulo também foram promovidas por movimentos ruralistas femininos. Em Piracicaba, por exemplo, nas vésperas da Marcha do dia 19, o Movimento de Articulação Feminina (MAF) buscou apoio junto à prefeitura local para viabilizar o traslado de mulheres piracicabanas ao ato paulista. Luciano Guidotti, prefeito na época, ofereceu alguns ônibus gratuitamente. O MAF de Piracicaba era liderado por Célia dos Santos Rodrigues e por Odila Diehl, personagem que, segundo Patrícia Polacow, teria sido fundamental na promoção das atividades naquele município. Ali, outra edição da Marcha aconteceu no dia 9 de abril de 1964, oito dias depois do golpe. Odila Diehl era casada com ex-combatente da Revolução de 32 e líder local da UDN, partido identificado com pautas ruralistas. Para Polacow, a figura de Odilah ajudaria a entender os referenciais piracicabanos presentes na versão local da Marcha, especialmente o antitrabalhismo crítico à ampla e crescente rede sindical. Parece ter havido uma associação entre o legado sindical de Vargas e as iniciativas de Jango de expandir o aparato sindical, em especial o rural. Outras versões da Marcha, provavelmente promovidas por organizações femininas, aconteceram em municípios como Itu e Ribeirão Preto. POLACOW. *Idem*. p. 144.

¹² WELCH, cit. p. 404. O assessor era o General Sebastião Dalcyo Menna Barreto.

¹³ Sobre o carregamento de armas, ver MOURÃO FILHO. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. 4ª ed. Porto Alegre: 1978, p. 216; e “Projetam um golpe nacional as forças de reação: vagões de armas teriam sido vistos em São Simão”. *Diário de Notícias*, 5 de fevereiro, 1964, p.1.

¹⁴ Eram comuns denúncias de que comunistas brasileiros tenderiam a reproduzir as táticas de guerrilha rural adotadas em outros países, como Cuba, Vietnã e China, fato que alimentava um receio em relação à ampla rede sindical arquitetada no Brasil, em especial a rede sindical rural, vista como ameaça em potencial. Como apontado mais à frente, as denúncias se confirmaram.

Já deflagrado o golpe, a SRB organizaria, no mês de abril de 1964, a “Concentração Nacional de Ruralistas”, aglutinando diversos líderes políticos e produtores rurais para debater programas e propostas de atuação em defesa da “atividade rural”. Uma carta de princípios, aprovada durante o encontro, foi endereçada ao então presidente Marechal Humberto Castelo Branco, onde a entidade reivindicava que fossem convocados “homens capacitados da lavoura para a direção de órgãos relacionados com os assuntos da agricultura (...)”. Tal fato teria sido prontamente atendido pelos militares.¹⁵ Além do apoio e da significativa influência junto ao novo regime, a carta de princípios também delineou projetos que a entidade buscava defender ao longo do recém-inaugurado momento político, dentre eles a ressignificação da proteção social ao trabalho no campo e a ressignificação da reforma agrária, pautas que se tornariam a tônica da entidade nos anos posteriores ao golpe, em especial ao longo do primeiro governo militar.

Para a SRB, a legislação trabalhista era ineficaz, posto que deveria adequar-se

em face das peculiaridades do meio rural, muitas de características regionais, ou específicas a determinadas formas de cultivo, que distinguem o trabalhador rural daquele que dedica seu labor no comércio ou da indústria.¹⁶

As propostas de adequação defendidas pela entidade, contudo, se aproximavam mais da negação de qualquer medida regulatória, do que de um refinamento das leis de proteção social do trabalho rural. As alternativas elaboradas pela SRB, num contraponto às legislações já existentes, eram sempre referidas em termos de “assistência social” aos homens do campo, enfatizando aspectos educativos, ou mesmo o “levantamento do padrão de vida do trabalhador” ou sua formação moral, fatos que seriam alcançados por meio de medidas assistenciais, esforços de alfabetização e da promoção de “sentimento pátrio” na população.¹⁷

Em outro episódio, durante uma homenagem prestada ao então secretário de segurança pública de São Paulo, General Aldévio Barbosa Lemos, a SRB apresentaria uma proposta ainda mais dura: a adoção de uma “atitude enérgica (...)”, com a imposição de ato institucional moralizador” e com a “realização da operação limpeza”, visando a “eliminação de focos comunistas”.¹⁸ Demanda semelhante fora feita ao General Olympio Mourão Filho, onde a entidade reivindicava abertamente a cassação dos “mandatos e os direitos políticos dos traidores”.¹⁹

¹⁵ *A Rural*, abr., 1964, p. 12. O êxito do lobby da SRB pode ser inferido pela nomeação, em 1964, de seu diretor, Oscar Thompson Filho – também ex-secretário da agricultura em São Paulo –, como o primeiro Ministro da agricultura do regime militar. Ver também MENDONÇA, op. cit., p. 40

¹⁶ *A Rural*, mai., 1964, p. 8.

¹⁷ *A Rural*, mai., 1964, p. 8; e “Alfabetização de adultos nos meios rurais”. *A Rural*, mai., 1964, p. 41.

¹⁸ “Homenagem ao secretário de segurança de São Paulo”. *A Rural*, mai., 1964, p. 30.

¹⁹ “Pronunciamento da SRB durante a revolução redentora do país”. *A Rural*, mai., 1964, p. 28.

“O GOVERNO REVOLUCIONÁRIO NOS TRAIU”

Mesmo as íntimas relações entre membros da SRB e nomes da alta cúpula militar - fosse no âmbito estadual, fosse no federal - não seriam suficientes para garantir o cumprimento de todas as demandas dos ruralistas. Passados apenas dois meses do golpe, a entidade começou a externar suas insatisfações com a condução econômica e política do novo governo, apelando para que os setores militares “mantivessem a filosofia da revolução”.²⁰ Na visão da entidade, mesmo após a “revolução” o governo mantinha “formas anteriores de discriminação” contra a agricultura, não obstante o apoio e patrocínio da agremiação no processo que culminou na deposição de João Goulart. Ao longo da leitura das publicações da entidade, fica claro que a SRB creditava as controvérsias governamentais à “nova equipe econômica” da presidência, medidas essas representadas por políticas como as de erradicação de pés de café, taxações de exportações e, principalmente, a insistência em dar continuidade à regulamentação do trabalho rural.²¹

No final de junho de 1964, uma solicitação de audiência por parte da SRB seria atendida pela Presidência da República. Em seu relato, Sálvio Prado parece ter reforçado os elementos de sempre (a inflação, o sacrifício do café, etc.), bem como as preocupações em relação à manutenção do anteprojeto de reforma agrária, visto pela entidade como “decepção”, um retorno “ao tempo das preocupações e intranquilidades”.²² A reportagem, surpreendentemente, aponta para a suposta intransigência com a qual os representantes ruralistas foram recebidos pelo então Marechal.²³

O governo de Castelo Branco seguia com a elaboração de projetos fundiários, trabalhistas e de âmbito fiscal/cambial. Muitos dos quadros políticos e econômicos do primeiro governo militar – dentre eles o próprio Ministro do Planejamento, Roberto Campos – acreditavam que a situação financeira do país exigia transformações drásticas da política econômica, principalmente no setor agrário, visto como “retrógrado” e como um “entrave” para o desenvolvimento do capitalismo nacional, gerador de flutuações do preço de alimentos, de inflação e de inquietações sociais que serviam como substrato para a “subversão”.²⁴

²⁰ A SRB permanecia contrária à manutenção da reforma agrária e da taxaço do café na agenda do novo governo. “SRB apela ao Marechal Castelo Branco para que preserve a filosofia da revolução, a tranquilidade e o bem estar do povo”. *A Rural*, jun., 1964, p. 5.

²¹ “Os cafeicultores clamam por justiça face ao cruel tratamento discriminatório que as autoridades dispensam ao café através do esquema financeiro para a safra de 1964-65”. *A Rural*, jul., 1964, p. 4.

²² “Audiência do Sr. Presidente da República à SRB”. *A Rural*, jul. 1964, p. 5.

²³ “... a despeito do ocorrido, s. excia. não mostrou disposição de estudar qualquer aperfeiçoamento no plano da safra, afirmando que o assunto estava encerrado”.

²⁴ O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), de 1964, por exemplo, defendia a ideia de que o setor agrário brasileiro era “arcaico” e “feudal”, o que acabaria atravancando o desenvolvimento nacional. Ver HOUTZAGER, Peter. *Os últimos cidadãos. Conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)*. São Paulo: Globo, 2004, p. 221.

A modernização da agricultura, de acordo com o governo Castelo Branco, se daria através de políticas que estimulassem o uso eficiente do solo e, ao mesmo tempo, mantivessem certa coesão social, coisa que o “latifúndio” não tinha condições de executar. Medidas como o Estatuto da Terra e o ETR tornavam-se não só justificáveis como necessárias. Para a SRB, contudo, tais projetos só reforçavam o “absurdo conceito de latifúndio”, além de promoverem uma “brutal e insuportável” oneração das propriedades.²⁵

A intransigência patronal também deitava raízes na manutenção de medidas que estimulavam, ainda que de forma parcial e controversa, a efetivação de leis trabalhistas no campo. Antônio Bento Ferraz, por exemplo, quando provisoriamente na presidência da SRB, em 1967, endereçou uma carta ao ministro Roberto Campos destacando um fato que, em sua opinião, gerava “graves apreensões e intranquilidades aos agricultores”. Tratava-se da ação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), responsável pela gestão do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), previsto pelo ETR.²⁶ Na ocasião, Ferraz reclamava que agentes do INPS estariam “percorrendo o meio agrícola para intimidar os lavradores a pagar contribuições atrasadas”.²⁷ O dirigente ruralista ainda aproveitou da oportunidade para reivindicar a remissão da taxa “pelo menos até o mês de dezembro de 1965”, numa espécie de anistia das dívidas trabalhistas anteriores do patronato rural brasileiro. A contribuição patronal para fins previdenciários era vista como uma iniciativa que “perturbava o trabalho agrícola”.

Por outro lado, no âmbito sindical, não obstante a intensa repressão de lideranças mais combativas, o governo Castelo Branco chegou a lançar mão de convênios e parcerias com os EUA visando promover cursos de formação de novas lideranças sindicais e do incentivo à aplicação das leis trabalhistas e previdenciárias, através da atuação do INPS.²⁸ Em São Paulo, o primeiro centro de formação sindical construído com recursos da Aliança para o Progresso funcionou no município de Araçatuba, a partir de 1965.²⁹

Se o golpe de 1964, em seu contexto de preparação e nos dias imediatos à sua deflagração, davam a entender que o latifúndio sairia tão vitorioso quanto planejado, as primeiras medidas do governo militar logo apontaram para novos interesses e projetos de

²⁵ “Reafirmada na SRB a posição da classe agrícola no tocante à reforma agrária”. *A Rural*, jun., 1964.

²⁶ Tratava-se do Decreto Federal nº 53.154, de 10 de dezembro de 1963, editado ainda durante o governo João Goulart. A medida aprovava e regulamentava a Previdência Social Rural, prevista no Estatuto do trabalhador Rural. Sua efetivação, sobretudo no que diz respeito às políticas previdenciárias, só se tornou possível a partir da década de 1970, muito embora já promovesse mudanças consideráveis no âmbito sindical.

²⁷ “Fiscais intimidam o interior”. *A Rural*, fev., 1967, p. 25. De acordo com a lei, os agentes deveriam cobrar a taxa de 1% sobre o valor dos produtos no momento da venda para fins do provimento do montante de recursos necessários à operação dos dispositivos previdenciais previstos nas novas legislações rurais.

²⁸ Diversos cursos foram patrocinados pela *US Alliance for Progress*, principalmente através do *American Institute for Free Labor Development* (AIFLD). Ver HOUTZAGER, op. cit., p. 51 e WELCH, C. *Internacionalismo trabalhista: o envolvimento dos EUA nos sindicatos Brasileiros 1945-1964*. Em: Perseu: história, memória e política Centro Sérgio Buarque de Holanda. Vol. 1, n. 1, 2007.

²⁹ Ver também “Escola rural para milhares. Fundado em Araçatuba o Centro Pe. Kolping. Circulista na vanguarda da sindicalização”. *Solidarismo*, ago. 1965, p. 7.

desenvolvimento em disputa para o campo brasileiro. Uma vez deflagrado o golpe, novas correlações de força se esboçaram, de modo que as novas esferas de disputas acabaram por revelar não só os limites - ainda que provisórios - da participação e influência do ruralismo paulista no novo regime, como também da racionalidade por detrás das ações governamentais e seus efeitos em termo das possibilidades de mobilização dos trabalhadores rurais. Naturalmente, a SRB passou a contestar fortemente tais medidas, defendendo o “sagrado direito à propriedade” e a manutenção da “tranquilidade no campo”, o que parece ter dificultado, pelo menos naquele primeiro momento, os intentos governamentais de elevar o setor agrário brasileiro a patamares “modernos”.

Para Mendonça, o primeiro governo do novo regime era uma espécie de balão de ensaio na tentativa de impor limites ao latifúndio improdutivo.³⁰ De todo modo, tais esforço se faziam mais no sentido de conter ou de redefinir aquelas características dos “latifúndios” que limitavam a expansão da economia e/ou que favoreciam o florescimento de insatisfações e ameaças de natureza trabalhista. Assim, as medidas governamentais perseguiram mais o intento de permitir superávits capazes de estimular um reordenamento do capitalismo nacional, do que propriamente fazer avançar pautas populares. De acordo com os novos termos propostos, medidas como reforma agrária (que ganhavam um caráter mais localizado e pontual) e a promoção de direitos trabalhistas (associado à repressão dos sindicatos, ao estreitamento dos canais de manifestação e ao apaziguamento dos ânimos gerais), ganhariam uma conotação ao mesmo tempo econômica e “harmonizadora”, visando reequilibrar as finanças brasileiras e refrear avanços organizativos de homens e mulheres do campo.³¹

O receio de que a situação de extrema pobreza rural pudesse ocasionar levantes populares, como aqueles vistos no Vietnã, na China e em Cuba, por exemplo, impôs ao governo a necessidade de pautar as reformas, dentre elas a própria sindicalização e consolidação das leis trabalhistas rurais. Neste caso, o desenvolvimento buscado “se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar e não orgânico das massas populares”.³²

No novo contexto militarizado, a existência de políticas aparentemente progressistas poderia servir, ao menos na perspectiva do governo, ao objetivo de esvaziar a “clientela” dos grupos de esquerda, disputando o apreço popular já bastante exigente em relação à generalização de direitos trabalhistas e com relação às reformas de base. A possibilidade

³⁰ MENDONÇA, S. *O patronato rural no Brasil recente*, p. 40.

³¹ Para Paulo de Assis Ribeiro (*apud*. MENDONÇA, ob. cit., p. 41), um dos assessores do governo na elaboração do Estatuto da Terra, a medida vinha fazer frente à crise econômica que então sacudia o país, ampliando o mercado interno e configurando uma “classe média rural”, vista como *neutralizadora dos inúmeros conflitos* e consumidoras dos produtos oriundos da industrialização brasileira (grifos meus).

³² GRAMSCI, Antonio. *O leitor de Gramsci: textos escolhidos, 1916-1935*. COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). Civilização Brasileira, 2011, p. 318-319.

de realização de uma reforma agrária e até mesmo a manutenção de leis como o ETR, por si só, deixava de ser uma ameaça potencial na medida em que o desmantelamento das organizações sindicais combativas já era uma realidade concreta. As instâncias sindicais dos trabalhadores rurais aptas a pressionarem pela condução equitativa das políticas sindicais e de reforma agrária já estavam severamente comprometidas pela forte repressão. Seja porque a maioria das organizações tinham sido fechadas, seja porque a maioria dos líderes e organizações regionais sofriam algum tipo de perseguição, ameaças ou mesmo destinos piores. É o que veremos na próxima sessão.

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE OS (DES)CAMINHOS DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA RURAL NO FINAL DA DÉCADA DE 1960

O governo militar combinava medidas nitidamente autoritárias - como o fechamento e intervenções nos sindicatos, perseguição e morte de lideranças rurais - com a preservação e até intensificação de algumas instituições trabalhistas, como o recolhimento de impostos previdenciários, o estímulo à formação de novas lideranças sindicais e a preservação da legislação trabalhista, mesmo diante das constantes exigências patronais em flexibilizar o Estatuto do Trabalhador Rural ³³.

O governo seguia firme no intento de balizar relações tipicamente capitalistas e corporativas no campo brasileiro, mesmo que isso custasse o rompimento de padrões anteriores de dominação política e mando nas áreas rurais e uma forte oposição dos setores patronais ³⁴. Este seria o pano de fundo, por exemplo, por detrás do pedido do Ministério do Trabalho, que em 1967 solicitou do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI) ³⁵ um relatório sobre atividades ligadas à implantação da Previdência Social Rural para o exercício administrativo de 1965-1966. O relatório foi longamente descrito e comentado pelo ruralista Octávio Bueno Magnano na revista *A Rural* e oferece alguns elementos que ilustram o *estado da arte* da situação dos trabalhadores rurais e das relações trabalhistas ainda em voga na segunda metade dos anos 1960.

Segundo o relatório, no ano de 1965 foram celebrados cerca de 2000 convênios, envolvendo entidades cooperativas, órgãos controladores, produtores agropecuários, compradores do produto *in natura* e associações de classe, a fim de arrecadar as contribuições devidas ao fundo do IAPI ³⁶. O relatório mencionava a incapacidade do

³³Ver, por exemplo, “Fiscais intimidam o interior”. *A Rural*, fev., 1967, p. 25.

³⁴Verena Stolcke cita que o governo Castelo Branco, em 1966, submeteu ao Congresso Nacional uma proposta de Lei para permitir o voto aos analfabetos, o que significaria a incorporação de amplos contingentes de votantes pobres de origem rural. A medida, contudo, fora derrotada no plenário. Ver STOLCKE, op. cit., 1986, p. 227.

³⁵O Decreto lei nº72, de 21 de novembro de 1966, reuniu todos os seis Institutos de Aposentadoria e Pensões num único órgão, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Disponível em www.previdencia.gov.br/a-previdencia/historico/1960-1973, acesso em 16/03/2015.

³⁶“Previdência e trabalhador rural”. *A Rural*, fev. 1967, p. 4.

instituto em executar medidas de assistência ao trabalhador rural, considerando a insuficiência da arrecadação em relação ao potencial número de demandantes:

Convém deixar consignado, contudo, que essa arrecadação é inexpressiva e, proporcionalmente ao número de interessados, incapaz de permitir a execução de qualquer plano de benefícios ou assistência médica³⁷.

A demanda projetada para os serviços previdenciários era grande, de forma que a arrecadação, ainda que expressiva, não era suficiente para cobrir o eventual conjunto de solicitações e atendimentos. Diante do imbróglio, o relatório do IAPI apontava a necessidade de quatro reformas principais nas medidas de previdenciária rural:

i) reformulação urgente da legislação sobre recolhimento previdenciário; ii) as contribuições devem ser de 4% sobre a primeira venda do produto *in natura* e sujeitos a recolhimento mensal no mesmo regime das outras contribuições do IAPI; iii) realização no IAPI, com exclusividade e obrigatoriedade, do seguro de acidentes do trabalho aos homens do campo; iv) inscrição desses trabalhadores e expedição de suas carteiras profissionais pelo IAPI, para o fim de perceberem qualquer benefício ou assistência³⁸.

Para o IAPI, a nova proposta de taxação, incidente sobre o produto vendido e com desconto no ato da compra, funcionaria como uma espécie de estímulo à arrecadação/contribuição patronal, “eis que os produtores” deixariam de “ter interesse em ocultá-los ou discutir sua condição ou quantidade”³⁹.

Já que o número de convênios firmados pelo IAPI no ano da avaliação era insuficiente, a alternativa proposta, e que buscava contornar a “ocultação” da arrecadação previdenciária promovida pelos patrões, passaria pelo aumento da percentagem incidente sobre os produtos. O órgão também previa a extensão de assistência maternidade, auxílio doença, aposentadoria por invalidez ou velhice e pensão no caso de mores dos trabalhadores rurais, além atrelar à sua jurisdição o reconhecimento/oferecimento de direitos trabalhistas, através da expedição das carteiras de trabalho pelo próprio IAPI. Tal medida visava diminuir o poder discricionário dos patrões frente à formalização das relações de trabalho.

Para a SRB, no entanto, a incapacidade do IAPI em viabilizar políticas assistenciais – mesmo desconsiderando que parte dessa incapacidade se explicava pela resistência do patronato em cumprir com o recolhimento - funcionaria como justificativa para condenar a

³⁷Em relação ao montante de recursos arrecadados, todavia, o IAPI afirma que as medidas de taxação “produziram resultados satisfatórios, tanto que, apesar da modicidade da contribuição, foram arrecadados mais de 12 bilhões de cruzeiros no exercício de 1965”, *idem*, p. 5.

³⁸*Idem*, *A Rural*, p. 5 - 6.

³⁹*Idem*, p. 6.

política previdenciária como um todo ⁴⁰. De acordo com a entidade, a assistência ao homem do campo deveria ser consequência direta do desenvolvimento econômico do setor, pois “só com o aumento de inversões (de capitais) é que poderia haver crescimento da economia capaz de gerar recursos para a ampliação de qualquer ação estatal” ⁴¹. Na visão do ruralista, os benefícios sociais acabavam ainda por onerar a economia, principalmente quando o alvo dos benefícios eram setores sociais mais vulneráveis, vistos pela entidade como incapazes de retribuir com o investimento público:

O auxílio social, sob a forma de concessão de benefícios previdenciários, é o que mais onera a economia, porque representa a concessão ou reforço de renda a quem, via de regra, não está contribuindo para o aumento do produto nacional, seja por motivo de doença, acidentes, velhice, gravidez, desemprego ou morte ⁴².

Na visão do ruralista, o país não teria condições de sustentar uma ampla política previdenciária. Como alternativa, propunha o retorno de medidas assistenciais. Na visão de Octávio, “ao invés de procurarem tornar efetivo o Serviço Social Rural”, uma política antiga de assistência às populações rurais pobres, os antigos legisladores “torpedearam-no completamente”, onde o “caso mais típico de ostentação demagógica dos governantes de então foi o Estatuto do Trabalhador Rural” ⁴³. Em sua opinião, a legislação – bem como as proposições que constavam no relatório do IAPI – não beneficiava efetivamente o trabalhador rural e, “pendia qual a espada (...) sobre a cabeça dos agricultores e pecuaristas” ⁴⁴. Em sua opinião, a legislação não era aplicada porque “não era lembrada pelos produtores rurais”, “dada sua falta de especificidade”. E quando o era, “funcionava como verdadeiro aríete destinado a esbarrondar fazendas”.

Como já discutido, aparece novamente o argumento da falta de especificidade da legislação trabalhista. A novidade, contudo, fica por conta da relação estabelecida entre contribuições previdenciárias e a oneração do produtor rural, argumento bastante comum nos dias atuais. Como não havia mais espaço para denúncias envolvendo a promoção da “anarquia”, ou de “ameaças comunistas” no meio rural, visto que a maioria dos sindicatos fora dissolvida ou tenha sofrido intervenção, cabia aos ruralistas, no novo contexto, promoverem *lobby* contra a legislação em vigor, buscando aperfeiçoamentos que atendessem aos seus interesses. Os principais argumentos neste sentido ressaltavam a incapacidade do legislador no momento de concepção da lei, por “não haver (...) editado (a

⁴⁰O ruralista Octávio Bueno destacaria que “... o sistema não permitiu a execução de qualquer plano de benefícios ou de assistência médica, apesar de se haver refletido em encargo para todos os proprietários rurais, dos quais se arrecadou mais de 12 bilhões de cruzeiros no exercício de 1965”, *idem*, p. 7.

⁴¹*Idem*, p. 7.

⁴²*Idem*, p. 7.

⁴³*Idem*, p. 7.

⁴⁴*Idem*, p. 7-8.

lei) em resposta de reivindicações especificamente formuladas”, ou de “não haver feito estudos da complexa e variada realidade nacional”.

De todo modo, o episódio nos parece expressivo das relações sociais ainda predominantes no meio rural brasileiro no imediato pós-golpe. De um lado, a persistência de um patronato ainda fortemente reativo a qualquer intervenção e regulação das relações de trabalho no interior de suas propriedades. Como afirmado pelo próprio IAPI, haveria de se criar medidas administrativas capazes de “estimular” os produtores rurais a recolherem as devidas contribuições previdenciárias o que, não obstante a existência de legislações específicas sobre o caso, dificilmente se fazia à época. Mesmo considerando eventuais esforços no sentido de conduzir corretamente o recolhimento, no exercício de 1965, apenas dois mil convênios tinham sido estabelecidos.

Por outro lado, muito embora os militantes sindicais mais combativos estivessem, quase todos, lançados na clandestinidade, presos ou até assassinados, restava de pé a própria legislação trabalhista e sindical, herdeira das mobilizações de anos anteriores. Restavam também diversos funcionários e membros do governo dispostos à implementar uma política previdenciária rural, a ponto de sugerirem reformas e uma aplicação efetiva das contribuições patronais. Cabe ressaltar que os projetos de desenvolvimento para o campo, durante o primeiro governo militar, se originavam de uma equipe econômica bastante centralizadora e, majoritariamente, composta por industriais e seus afetos.

Todavia, independente do alcance e da efetividade das políticas trabalhistas gestadas e operadas até aquele momento, dificilmente o Estatuto do Trabalhador Rural se faria aplicar por si só, ou pela boa vontade de guetos burocráticos ainda preservados pela “revolução”. Sua efetivação dependia, antes de tudo, de uma miscelância entre vontade política dos agentes do Estado, juízes, promotores e da existência de uma ampla rede sindical capaz de pressionar pela correta aplicação das legislações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As operações de “limpeza”, sugeridas pelos dirigentes da SRB no intermédio do golpe (e prontamente adotada pelos militares), acabariam gerando uma ruptura com os padrões anteriores de articulação das experiências políticas de mobilização dos trabalhadores do campo, o que abriria espaço para a atuação de novas correntes sindicais, mais afeitas aos ideais harmonizadores da luta de classe. O governo militar se encarregou de desarticular a extensa rede tecida entre partidos e sindicatos rurais, em especial aqueles vinculados ao PCB, garantindo a eliminação das bases sociais de pressão que, de certa forma, funcionavam como garantidoras da aplicação dos dispositivos sindicais previstos em lei. Não obstante, como vimos, a continuidade da noção do campesinato como portador de

direitos específicos seria uma constante, mesmo entre parte dos agentes interventores e de alguns agentes do Estado.

De todo modo, o primeiro governo militar reformularia alguns termos básicos sobre os quais deveriam se dar a organização sindical, como também desenvolveria experiências pilotos visando a constituição de um sindicalismo novo, afastado das lutas de classe. Em fevereiro de 1965 o Ministro do Trabalho Arnaldo Suskind⁴⁵ reformularia o Estatuto do Trabalhador Rural, eliminando os quatro tipos de enquadramentos sindicais possíveis⁴⁶, unificando-os num só, a categoria de “trabalhador rural”, ampla e genérica. Para o governo, a medida era um forte golpe nas bases de mobilização da militância comunista, amplamente disseminada entre os assalariados, arrendatários e meeiros. Na prática, tal medida fazia com que existisse um único sindicato municipal, que passaria a aglutinar todas as diferentes categorias de trabalhadores do campo, ainda que tivessem dinâmicas laborativas, problemáticas e reivindicações bastante específicas. A novidade gerava inúmeras dificuldades internas e de ordem organizativa para o movimento sindical como um todo.

A ditadura toleraria a existência de sindicatos, desde que não atrapalhassem o andamento geral do desenvolvimento agrícola por ela pretendido. O mesmo raciocínio pode ser estendido ao patronato. As bases de desenvolvimento econômico vislumbradas pelo primeiro governo militar não mais suportariam a utilização ineficiente do solo, bem como padrões de exploração dos trabalhadores que oferecessem riscos de descontentamentos generalizados e de expansão do “subversivismo”. Por parte dos ruralistas, não cabendo mais denúncias do tipo “perigo comunista”, ou mesmo diante de uma reforma agrária vinda do próprio seio militar, restava apenas reclamar de “traição”.

O Estatuto da Terra de Castelo Branco, apesar de criticado pelos setores ruralistas, em especial o paulista, dedicava todo um capítulo à política de desenvolvimento rural, bandeira que passaria a ser mote principal do patronato rural brasileiro nos anos posteriores. A medida previa também a composição de duas instituições, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), entregues à grupos sociais distintos⁴⁷, o que na prática tornou o dispositivo numa medida inócua na prática. Quando da posse do Marechal Arthur Costa e Silva na presidência, em início de 1967, a SRB fazia votos de que o novo presidente rearmonizasse as classes sociais do país e reequilibrasse a produção nacional, “a começar pela revisão

⁴⁵Descrito por Clifford Welch como um “informante de longa data dos adidos trabalhistas dos Estados Unidos”. WELCH, *A semente foi plantada*., p 416.

⁴⁶O enquadramento sindical garantia a existência de quatro tipos de sindicatos: 1) dos trabalhadores da lavoura; 2) dos trabalhadores da pecuária e similares; 3) dos trabalhadores da produção extrativa; e 4) dos pequenos produtores.

⁴⁷Para MENDONÇA, “a criação de duas agências incumbidas em gerir igual matéria evidencia a potencial vitória dos grupos dominantes”, já que a “indicação dos titulares de ambos os órgãos” demonstrava impossibilidade de ações conjuntas. O presidente do INDA, Eudes Souza Leão, além de usineiro, era francamente oposto à Paulo de Assis Ribeiro, nomeado para o IBRA. MENDONÇA, *O patronato rural no Brasil recente*., p. 66.

imediate do Estatuto do Trabalhador Rural”, peça legislativa que seria o resultado do “tempo da vigência da plena demagogia eleitoral”⁴⁸.

Tais fatos nos mostram que o primeiro governo militar, ao menos em relação ao campo brasileiro, foi controverso e polêmico, inclusive internamente. A equipe econômica de Castelo Branco creditava o insucesso da política econômica brasileira à estrutura fundiária “arcaica” e ao “latifúndio improdutivo”, resgatando elementos do debate público proposto durante os anos de mobilização dos segmentos populares rurais. Se a repressão às instituições sindicais fora uma realidade, se deu mais em função do afastamento de antigas lideranças comunistas e com o objetivo de desarticular a ampla rede política construída por organizações de esquerda em décadas de militância do que propriamente com o intuito de aniquilar o sindicalismo como um todo.

Quando comparado com os governos “linha dura” do militarismo, Castelo Branco pareceu esboçar medidas relativamente controversas. No âmbito político, ainda que lançando mão da cassação de mandatos de parlamentares contrários ao regime, resguardou o funcionamento normal das instâncias parlamentares, o que possibilitou que o patronato rural influenciasse decisivamente no curso de leis trabalhistas, fundiárias e eleitorais. Na esfera sindical, a prisão de algumas lideranças sindicais, por exemplo, se deu de forma paralela à manutenção da estrutura sindical da promoção de cursos de formação de novas lideranças (através do apoio dos EUA), o que nos sugere que o sindicalismo estava previsto no projeto do primeiro governo militar, desde que atuassem única e exclusivamente no sentido de compensar as contradições internas inerentes ao capitalismo, mantendo-se afastado das “lutas de classe”.

REFERÊNCIAS

CASTELO BRANCO, Humberto. **Introdução à revolução de 1964**. vol 2. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

DREIFUSS, Renné. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

GRAMSCI, Antonio. **O leitor de Gramsci: textos escolhidos, 1916-1935**. COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). Civilização Brasileira, 2011, p. 318-319.

HOUTZAGER, Peter. **Os últimos cidadãos**. Conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995). São Paulo: Globo, 2004.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)**. Editora UFRJ, 2010.

MOURÃO FILHO. **Memórias: a verdade de um revolucionário**. 4ª ed. Porto Alegre: 1978.

⁴⁸“Mãos à obra”. *A Rural*, abr., 1967, p. 3.

POLACOW, Patrícia. Piracicaba sai às ruas: a Marcha da Família com Deus pela Liberdade (1964) e os protestos dos estudantes (1966), p. 142. Em: VICENTINI, B. (org.). **Piracicaba 1964: o golpe militar no interior**. Piracicaba. Editora UNIMEP, 2014.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura, homens, mulheres e capital**. Civilização Brasileira, 1986.

WELCH, Clifford Andrew. Internacionalismo trabalhista: o envolvimento dos EUA nos sindicatos Brasileiros 1945-1964. Em: **Perseu: história, memória e política** Centro Sérgio Buarque de Holanda. Vol. 1, n. 1, 2007.

WELCH, Clifford Andrew. **A semente foi plantada**. As raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924, 1964. 1ª ed. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

Revistas

A Rural. Revista da Sociedade Rural Brasileira (anos de 1963 – 1967).